



A GEOECONOMIA E AS SUAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NAS DIRETRIZES EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: INVESTIGANDO A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Dawson Pinheiro Ferreira Junior.¹

Juliana Franzi.²

Cristovão Henrique Ribeiro da Silva.³

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo identificar e analisar os aspectos da Reforma do Ensino Médio e a sua consolidação por meio da Base Nacional Comum Curricular no Brasil. Para tanto, essa pesquisa de cunho exploratório constitui em uma leitura crítica do cenário internacional e nacional, visando investigar a geoeconomia e as suas políticas econômicas nas diretrizes educacionais brasileiras. Como resultado da pesquisa, identificou-se a permeabilização nas políticas nacionais brasileiras, a inclusão da pauta da educação na cartilha do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e as suas ações governistas, denominadas de governabilidade e segurança. Estas, coagem alguns países, e principalmente o Brasil, a ratificar as políticas mercantis para a educação e em especial para a Reforma do Ensino Médio. Tem em seu âmago não só a reformulação curricular educacional, mas também, diretrizes políticas austeras, para consolidar reformas de cunho social, político, econômico e mais especificamente educacional.

¹ Artigo referente ao trabalho de conclusão de curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal Da Integração Latino - Americano. E-mail: dawson.pinheirojr@gmail.com

² Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo, (2013) e docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana , Brasil.

³ Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados,(2016) Professor Adjunto I da Universidade Federal do Acre , Brasil

Palavras-chave: políticas educacionais, políticas públicas, reforma, ensino médio

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo buscar y analizar los aspectos de la reforma educativa en el nivel secundario y su consolidación por medio de la Base Nacional Común Curricular brasileña. Siendo así, esta búsqueda de raíz exploratoria constituye una lectura crítica del escenario internacional y nacional, con el afán de investigar la geoeconomía y las políticas económicas en las directrices educacionales brasileñas. Como resultado, se identificó la impermeabilización en las políticas nacionales brasileñas, la inclusión de la pauta de la educación en la cartilla del Banco Internacional para reconstrucción y desarrollo (BIRD) y su acción gubernamental, denominadas de gobernabilidad y seguridad. Estas coaccionan en algunos países, principalmente en Brasil, ratificando políticas mercantiles para la educación y en especial para la Reforma educativa del nivel secundario. Tienen como parte central no solo la reformulación curricular educacional, sino también, directrices políticas austeras para la consolidación de las reformas en el ámbito social, político, económico y específicamente educacional.

Palabras clave: políticas educacionales, políticas públicas, reforma, nivel secundario.

INTRODUÇÃO

A identificação e a compreensão das leituras em torno da geoeconomia nos leva a perceber que de fato há um interesse na liberalização e flexibilização das políticas públicas. Elas atingem os serviços públicos, visando uma privatização generalizada, coagindo o Estado a ser cúmplice de uma austeridade fiscal que põe em xeque a autonomia e a soberania do Estado Nação e o bem estar social. Dessa forma, retira direitos e implanta uma ideologia conservadora, antipatriótica, entreguista e acima de tudo ultraliberal.

Doravante, para entender o intuito dessas políticas e para que elas estão servindo no cenário atual, é preciso compreender os contextos e as formas com que essas políticas foram delineadas. Acima de tudo, quais foram os seus agentes nesses processos de mudança social, cultural, econômico, político e educacional, tendo como objetivo geral, trabalhar esta pesquisa exploratória, qualitativa e documental de forma

crítica, apontando quais são as instituições e as suas estratégias para a formulação legislativa dentro das diretrizes políticas educacionais brasileira.

Sendo assim, é evidente que há uma estruturação institucional internacional para permear tais políticas. O grande agente dessa empreitada, em um primeiro momento é os EUA, tendo uma participação decisiva na criação dos organismos internacionais “criados em Bretton Woods e depois na implementação das diretrizes no Consenso de Washington” (LEHER.1999.p.19).

A formação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de construção e desenvolvimento (BIRD), “conhecido também como Banco Mundial” (BARROS.2005.p 39), criados em 1944, foram instituições criadas, em um primeiro momento, com a estratégia econômica de amarrar as economias centrais no Plano Marshall no pós segunda guerra, sendo o credor nas relações internacionais.

Todavia, a base estratégica para a criação desses organismos internacionais, se deu pela estratégia política da década de 1930, com a reestruturação da crise de 1929 e as políticas de Roosevelt como a da boa vizinhança (1933-1945). O seu fortalecimento com a aliança para o progresso com Kennedy (1961-1963), teve sempre a propaganda anticomunista como pano de fundo. A partir da década de 1970, a inclusão da pauta na cartilha do Banco Mundial, foi não só a reformulação curricular educacional, mas também diretrizes políticas austeras, conformando alianças com a elite local brasileira para consolidar reformas de cunho social, político, econômico e educacional.

Contudo, apontar o papel do Banco Mundial e a importância da sua criação, junto aos seus principais organismos e agentes nos processos de construção de uma vertente ideológica, é fundamental para compreender as suas diretrizes políticas econômicas, sociais e acima de tudo educacionais, que influenciaram transições quase irreversíveis, no qual, paralelamente afetou os povos latino-americanos, fomentando as revoltas e conflitos sociais.

A ESTRUTURAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARA PERMEAR AS POLÍTICAS NACIONAIS DA AMÉRICA LATINA.

A estratégia moldada pela doutrina Monroe, em 1823, sempre esteve presente na política estadunidense tendo constantemente a intervenção militar como

carro chefe das relações com a América Latina. Contudo, uma pequena mudança foi implementada no mandato de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), na qual, além da implantação do New Deal, que foi a base para a reestruturação do Crash de 1929 e junto de outras políticas, foi elemento basilar para o fortalecimento político-econômico, dando condições para a sua participação na Segunda Guerra.

Assim, a implementação da política da boa vizinhança para a América Latina, deixou a intervenção militar no plano da Segunda Guerra, dando corpo à ideia da Doutrina Monroe de América para os americanos, já que a influência nazista estava chegando em alguns países como, por exemplo, no Brasil. “A influência alemã nesses países dava-se de uma forma preocupante para os Estados Unidos, à medida que acordos comerciais eram travados entre países latino-americanos e a Alemanha” (LOCASTRE; FERRAZ. 2010. p.91).

No entanto, após o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, todos os países latino-americanos haviam rompido relações com o eixo e anunciado seu apoio aos aliados (Inglaterra, França e EUA principalmente), entrando unidos em guerra contra o eixo. Com isso, “a imagem dos Estados Unidos misturava a admiração de seus vizinhos pelo seu progresso e riqueza, com a memória sempre presente de intervenção política, econômica e militar” (LOCASTRE; FERRAZ. 2010. p.91).

Durante o governo do presidente Roosevelt, essa imagem foi restaurada a partir de várias iniciativas governamentais e privadas. Elas permeavam as alianças comerciais, diplomáticas e políticas com os países latino-americanos, garantindo assim a implementação da política da boa vizinhança. Também atuavam no incentivo ao desenvolvimento econômico, cultural e social, estimulando programas de cooperação militar, auxiliando as forças armadas latino-americanas, visando ampliar a “segurança” sob o domínio dos Estadunidenses e, é claro, conquistar território e mercado para o escoamento de armas e equipamentos bélicos (LOCASTRE; FERRAZ. 2010).

Diante disso, o discurso ideológico pairava sobre a América Latina. No contexto da guerra, referia-se sobre os princípios cristãos, onde, o homem como imagem e a semelhança de Deus, “estava sendo agredido pelas potências do eixo” (LOCASTRE; FERRAZ. 2010. p.97), Contrariando a liberdade dada por Deus e igualdade de todos perante ele, angariava assim a premissa dessa ideologia conservadora e ultraliberal instaurada atualmente no Brasil. Sendo assim, além do campo

ideológico, também se formava organismos para observar as relações culturais e comerciais. Isso tudo visando o mercado latino-americano, “estando subordinado ao Conselho de Defesa Nacional estadunidense, foi o Office for Coordination of commercial and Cultural Relations Between the Americas”(LOCASTRE, FERRAZ. 2010. p.98), criado em 1940, que desmembrava-se em três divisões: comercial, financeira, comunicação e relações culturais, visando os interesses econômicos sobre a América Latina.

Doravante, a criação desse organismo e conseqüentemente a mudança de seu nome para “Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA)” (LOCASTRE, FERRAZ, 2010), logo após o ataque japonês, começou a tomar corpo para reforçar essa aliança das três Américas (América do norte, América do sul e América Central e Caribe) sob hegemonia e liderança dos Estados Unidos.

Todos esses acontecimentos foram favoráveis aos Estados Unidos e foi terreno fértil para a implantação de ideologias e políticas de mercado a seu favor, influenciando territórios latino-americanos, particularmente o Brasil. Tornou-se ponto chave para as relações posteriores, ao atrelar sua aliança com os EUA, fornecendo pontos estratégicos para as suas bases militares e dispondo de mais de vinte cinco mil homens para a Força Extraordinária Brasileira. Além disso, o presidente Getúlio Vargas também convocou as classes trabalhadoras a contribuírem, por meio de seus esforços, com o país em guerra.

É fato que a ascensão estadunidense se deu após a Segunda Guerra e, conseqüentemente, com o fortalecimento dessas relações política e econômica com os seus novos aliados. Sendo assim, a partir do mandato de Truman e Eisenhower, assumem políticas de combate a expansão socialista, realizam também alianças com a elite local, concedendo o cargo de dirigente da OCIAA para Nelson Rockefeller depois de convencer que os Estados Unidos precisavam olhar com carinho para a América Latina (BRAGA, 2002). Em 1960 o controle das matérias-primas era de 85% na América Latina e mais de 97% do minério de ferro brasileiro estava sendo controlado por grupos estrangeiros (BRAGA, 2002).

No entanto, a surpresa e a indignação que possa ter causado essa descoberta aparentemente não esmoreceu os propósitos dos governos brasileiros que, com foco na ideologia nacional-desenvolvimentista, já vinham colocando em prática uma política contrária a que Washington havia estabelecido para a América Latina. Desde o primeiro governo de Getúlio Vargas até João Goulart, com exceção de Dutra e Café Filho, a aposta era na expansão da base industrial,

diversificação do comércio exterior e no desenvolvimento de uma política externa independente, o que de certa forma, viria a preencher alguns espaços onde os Estados Unidos precisavam circular com desenvoltura [...] O país estava fazendo um esforço para deixar de ser apenas um fornecedor de matéria-primas (BRAGA, 2002, p.49).

Diante desses percalços na política-econômica brasileira, o golpe de 1964 foi um desfecho favorável para o cenário político estadunidense. Isso por si só mostrou a estratégia posta pelos EUA, primeiro com a Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), United States Agency for International Development (USAID) e depois com Nixon e seu dirigente Henry Kissinger do National Security Council (NSC) e organizações que sempre estiveram no âmago da contra insurgência e na Aliança para o progresso de Kennedy. Foi nesse contexto que surgiu uma íntima relação com o par governabilidade-segurança (LEHER,1999), culminando com o golpe e a morte de Allende em 1973 no Chile, sendo tal país laboratório das políticas austeras e de contra insurgência, que tiveram como ponto central a propaganda anticomunista.

Mesmo com o avanço dessas doutrinas nas décadas de 1950 e 1960, alguns acontecimentos como a Revolução Cubana, a derrota para o Vietnã, o processo de descolonização nos países africanos, o fortalecimento dos países não alinhados e uma crise estrutural cada vez mais nítida nos anos de 1970 (LEHER, 1999) levaram os EUA para outra estratégia, orientando medidas por organismos multilaterais citados anteriormente. “É neste contexto que Robert S. McNamara deixa o departamento de defesa dos EUA para presidir o Banco Mundial. A partir deste novo quadro, a educação é cada vez melhor situada na escala de prioridades do banco” (LEHER,1999, p.21).

Durante o mandato de McNamara (1968-1981), houve uma mudança gradativa do desenvolvimentismo e a política de substituição das importações, deslocando o tema pobreza e segurança para o centro das preocupações. Assim, o Banco volta-se para ações que atendam diretamente as populações possivelmente sensíveis ao “comunismo”, por meio de escolas técnicas, programas de saúde e controle de natalidade, promovendo também a transposição da “revolução verde” para o terceiro mundo.

A INCLUSÃO DA PAUTA EDUCAÇÃO NA CARTILHA DO BIRD

A gestão de McNamara foi essencial para o aprofundamento da dependência dos países que, mesmo tendo dívidas ativas de obras faraônicas, a necessidade por mais empréstimos tornava-se necessária depois da crise, sendo o Brasil um desses casos. Assim, “nesse período, o Banco tornou-se o maior captador mundial não soberano de recursos financeiros” (LEHER,1999, p.22), alcançando em cinco anos um custo de mais de treze bilhões de dólares, ultrapassando os vinte anos anteriores de gestão com cifras também significativas, girando em torno de dez bilhões de dólares. O ponto chave desses pacotes de empréstimos seguiu propostas estratégicas, gerando dívidas impagáveis.

O encaminhamento dessas políticas ajuda a compreender o modo que esta instituição obtém para definir as suas diretrizes para os países periféricos, passando a ter maior controle sobre esses países tomadores de empréstimos. “Para isso, modificou o escopo dos projetos, ampliando-os para programas (muito mais complexos e abrangentes, incidindo sobre setores vastos como a educação), tornando mais rígidas as condicionalidades” (LEHER,1999, p. 23).

Todavia, os países perderam muito da sua autonomia financeira, sujeitando-se a pressões de mercados externos. Em 1980, Reagan retoma o uso da estratégia militar em ações destinadas a minar revoltas populares, produzindo os Contras na Nicarágua e os Unita em Angola, dentre outros países. Diante disso, o ideário neoliberal era delineado, operando na vulnerabilidade dos países endividados, impondo drásticas reformas e ajustes estruturais.

Durante a década de 1960, as estratégias do Banco Mundial não abarcavam investimentos e empréstimos para áreas de serviços públicos, como, por exemplo, a educação. Isso mudaria na gestão McNamara, onde a “instituição considerava o financiamento às escolas primárias e secundárias de formação geral, um contra-senso, defendendo o ensino técnico e profissional, modalidades tidas como mais adequadas às necessidades” (LEHER,1999, p.26).

Com a queda do muro de Berlim, a realização do Consenso de Washington, e o desmantelamento da União Soviética, as relações mundiais se globalizam e entram no ritmo estadunidense, no qual:

Uma forte prioridade é conferida ao ensino fundamental “minimalista” e à formação profissional “aligeirada”. Em termos práticos, estas são encaminhadas por meio de políticas de “descentralização administrativo-financeira” que estão redesenhando as atribuições da União, dos estados e dos municípios” (LEHER, 1999, p. 27).

Assim, viu-se uma guinada de temas como liberação, desregulamentação e estabilização para um enfoque na reforma constitucional, priorizando, assim, fatores políticos como a legitimidade governamental e o papel dos grupos de pressão (BORGES, 2003). Nesse sentido, as reformas na educação têm como prioridade construir um amplo consenso, cooperando para adequar a democracia às demandas de estabilidade política subjacentes ao modelo de desenvolvimento capitalista liberal. Consequentemente mostra a sua verdadeira face na prática, fazendo do Estado um fantoche, criando ao mesmo tempo tensões, crises políticas e econômicas, usando medidas antidemocráticas na retiradas de direitos e nos embargos e sanções econômicas, tendo como argumento a política da boa governança. Mas boa para quem?

É clara a postura dessas instituições privadas e o seus interesses perante as economias periféricas, pois “tal processo envolve necessariamente o reforço da provisão privada de serviços por meio de parcerias público-privado” (BORGES, 2003, p.128).

Portanto, o esgotamento do liberalismo proposto pelos Estados Unidos da América como política externa, desde a década de 1930, tem seu esgotamento durante a década de 1980, bem elucidado dentro da teoria dos ciclos econômicos de Kondratiev, onde a cada cinquenta anos o sistema capitalista têm uma crise estrutural, sanada por uma renovação tecnológica ou por conflitos armados.

É preciso entender que enquanto essas instituições estadunidenses propagam, no âmbito mundial, uma relação geoeconômica liberal, a sua economia interna é estabelecida por preceitos Keynesianos, alavancando os EUA para a Segunda Guerra e segurando a sua economia e bem-estar social até a década de 1970, na qual, grupos de poderes fizeram prevalecer seus ideais neoliberais e a sua mistificação com as reformas institucionais. Sendo assim:

Esta variante vem sendo gestada desde a crise do liberalismo clássico no início

do século passado (1920), como reação ao abandono de suas teses, tendo conquistado terreno a partir da crise do estado do bem-estar social que se seguiu a 1970. O neoliberalismo é uma tentativa de reerguer o liberalismo clássico, revendo até mesmo a adesão dos liberais à forma de governo por eles concretizada, ou seja, a própria democracia liberal representativa (FREITAS, 2018b, p.911).

Não obstante, as ações do Banco Mundial/FMI se fortaleceram no ritmo das alianças da elite local e internacional, ratificando as suas diretrizes dentro dos países latino-americanos, como no caso do Chile com a privatização das universidades e a precarização do ensino básico. Na Argentina com os planos econômicos do governo Carlos Menem, e no Brasil com a redemocratização e a abertura comercial desde Collor, Itamar Franco e FHC que, com a sua política entreguista, privatizou boa parte dos serviços das universidades e encabeçou a Lei nº 9.394/1996 - LDB. A partir daí “a aprovação da legislação específica para a educação nacional passou a ser orientada por critérios político-partidários e empresariais, que deixaram de lado a forma participativa de fazer política, desenvolvida no primeiro momento junto à sociedade civil” (HERMIDA, 2012, p.1446). Isto explicitava o seu alinhamento partidário junto às reformas estruturais encaminhadas principalmente pelo Banco Mundial.

A EXPRESSÃO DA DEMOCRACIA BURGUESA E O ALINHAMENTO POLÍTICO PARTIDÁRIO COM OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NOS ANOS 1990.

Oficialmente, as reformas iniciaram-se junto a Constituição de 1988, mas tomou forma e rigor junto ao projeto eleitoral “da aliança PSDB/PFL/PTB de 1994, nisso a educação foi uma das cinco metas prioritárias” (HERMIDA, 2012 .p.1436). Essa aliança também estava alinhada com as políticas BIRD/FMI, realizando-as mais precisamente no segundo mandato em 1998.

O fato de FHC ter governado por dois mandatos consecutivos lhe permitiu atingir vários de seus objetivos políticos que, pela sua importância e abrangência, servem para caracterizar o conjunto de seu mandato como sendo uma era: “a era FHC”. A Presidência de FHC se destacou pela reforma do Estado promovida nos seus dois mandatos, pela reforma Administrativa, pela implementação de mudanças profundas na vida econômica do país e também pela reforma educativa. (HERMIDA, 2012. p.1437).

Acerca da reforma educativa, a discussão inicia-se pelo projeto de lei 1.258 em 1988 que pendurou até 1996 com a consolidação da LDBEN, instituída como lei nº 9.394 e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), (HERMIDA, 2012). É importante elucidar essas duas medidas (LDBEN e PCN's) para entendermos a premissa das práticas na consolidação de tais políticas, tendo em seu bojo o neoliberalismo e as suas reformas em consonância com os governos eleitos na década de 1990.

Após a promulgação da Constituição Cidadã em outubro de 1988 procuraram substituir as existentes, que até então vinham regendo os destinos da educação nacional como a lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (que tratava das Diretrizes e Bases da Educação Nacional); a lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968 (que fixava a organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média, além de tomar outras providências); e, a lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971 (que fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e determinava outras providências) (HERMIDA, 2012, p. 1440).

De um lado temos um desenvolvimento de uma política democrática que estava dando passos curtos no seu desenvolvimento, tendo esse processo barrado já com o mandato de José Sarney que indiretamente esteve no cargo de 1985 a 1990. Ou seja, o que era uma tentativa de democratização, a partir daí, cai por terra, desmobilizando toda uma construção coletiva, na qual

a sociedade civil procurou construir coletivamente uma nova institucionalidade jurídica, política e social, através de um processo de abertura política de baixo para cima que, uma vez que atingiu os partidos políticos, desencadeou um processo de socialização do poder político que trouxe, no seu bojo, o surgimento e o debate de propostas aparentemente antitéticas e diferentes para a reestruturação do sistema educacional, assim que o país retomou sua legalidade, sua legitimidade e suas tradições democráticas (HERMIDA, 2012, p. 1440).

As principais articulações de movimentos em prol de políticas de privatização do ensino foi a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Privado (FENEM) e das escolas Confessionais, defendendo assim os interesses de empresários (HERMIDA, 2012).

Paralelamente a isso também ocorria discussões

sobre o projeto de LDBEN no seio do Congresso Nacional, os professores, reunidos em eventos e nas suas associações sindicais e científicas discutiram, organizaram e elaboraram amplos debates, além de construírem propostas alternativas, com a finalidade de constituir um modelo político pedagógico para a educação brasileira

[..] Dentre as principais iniciativas da sociedade civil, esteve aquela que elaborou a proposta de Plano Nacional de Educação. Apoiando-se no artigo 214 da Constituição Federal e no artigo 87 da nova LDBEN recém aprovada (lei no 9.394/96), a Comissão Organizadora do II Congresso Nacional de Educação (CONED), que foi realizado na cidade de Belo Horizonte do 6 a 9 de novembro de 1997, elaborou um documento que sistematiza os resultados das discussões e dos estudos realizados em diversos eventos organizados previamente em todo o país, como o I CONED, os CONAD'S, Seminários Temáticos Nacionais e Locais. Por tudo isto, pode-se considerar que o II CONED sintetiza o esforço coletivo de construção da proposta civil do Plano Nacional de Educação. Ele foi produto das discussões realizadas em 1996 e 1997 sob a coordenação e o apoio das entidades do Fórum.(HERMIDA, 2012, p.1443).

Essa comissão (CONAD) seguiu uma direção oposta das propostas governamentais e debateu amplamente os principais problemas das tomadas de decisões para a educação, concedendo a educação como patrimônio social, apresentando uma proposta político-pedagógica antagônica ao projeto hegemônico governista da época.

O projeto governista se dá pela interferência do poder executivo para a tramitação da LDBEN e o alinhamento das políticas na direção dos objetivos de natureza neoliberal, sendo orquestrado no governo Itamar Franco, tornando-se dominante no congresso nacional assim que FHC assumiu a presidência em 1995. A tramitação e definição da política de educação nacional que compete ao período 1995/2002

começa a configurar uma nova realidade social e política, que permite identificar

mudanças nas estratégias de ação do Estado para a aprovação das políticas educacionais. Dentre as estratégias utilizadas, há a interferência do Poder Executivo no processo de elaboração das leis para a educação nacional, através da obstrução da tramitação dos projetos e da apresentação de projetos de leis substitutivos próprios (de forma simultânea aos processos de obstrução). Do ponto de vista histórico, esta estratégia – que havia sido introduzida na dinâmica parlamentar quando Fernando Collor assumiu a presidência em 1991 – logo se torna sistemática e dominante nos governos de FHC 1995/1998 e 1999/2002. A interferência do Poder Executivo nos processos legislativos fez com que, em 1995, ocorresse um fato inédito na história da educação do país: a LDBEN começou a ser regulamentada mesmo antes de ser aprovada, em dezembro de 1996. As leis 9.131 e 9.192, de 1995, a Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996 e o Decreto 2.026, de outubro de 1996, foram aprovadas enquanto a LDBEN – que incluía no corpo do seu texto muito desses assuntos regulamentados pelos dispositivos jurídicos supracitados – tramita ainda no Congresso Nacional (HERMIDA, 2012, p.1445).

Com isso, as ações do poder executivo começaram a predominar sobre as do legislativo, passando a ser orientada por critérios político-partidários, sobrepondo-se a forma participativa de fazer política, colocando em prática as reformas estruturais dos organismos internacionais, consolidando a cruzada neoliberal, subscrevendo a estratégia que os países centrais determinaram para os periféricos, no qual, “o monetarismo e o liberalismo se tornam a religião oficial das políticas econômicas brasileiras, e começam a influir no resto das políticas públicas, principalmente nas políticas sociais, dentre elas, na educação” (HERMIDA, 2012, p.1446).

Assim, a LDBEN se estabilizou como uma versão mínima de um projeto educacional, deixando posteriormente aspectos para serem regulamentados pouco a pouco.

Todavia, essa proposta teve também como princípio a estreita relação entre a ciência e o capital, inserindo parte das competências curriculares, principalmente nos anos finais do Ensino Médio;

nesta perspectiva, a educação desempenha um papel duplo no processo de produção e de expropriação do valor excedente, ou seja, dos ganhos econômicos. Por um lado, ao impartir as habilidades técnicas e sociais necessárias e as motivações correspondentes, a escola incrementa a capacidade produtiva dos futuros trabalhadores. Por outro, a educação ajuda a diluir e a despolitizar as relações de classe, potencialmente explosivas no processo de produção, com isso ela contribui para perpetuar as condições sociais, políticas e econômicas através das quais uma parte do produto gerado pelo trabalho é expropriada. A proposta do poder Executivo vincula educação e desenvolvimento; nesse contexto, o papel

das instituições escolares seria a formação de recursos humanos, de capital humano. Assim sendo, a educação cumpre importante papel na reprodução social das formas econômico-sociais capitalistas dependentes, que podem ser englobadas sob a categoria de capitalismo democrático (HERMIDA,2012. p 1448).

Um dado que merece destaque nesse cenário é a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), que desembocam no fortalecimento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), pois, segundo Freitas (2018a) esse processo passava a significar a abertura de um sistema de responsabilização (accountability), em contexto brasileiro. Essa conjuntura seguia um movimento que advinha especialmente dos Estados Unidos, desde a década de 1990 (FREITAS, 2008a).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais também marcam a revogação da lei 5692/71 proposta e ratificada pelo governo militar que pautava um ensino tecnicista voltada para o trabalho. Esse movimento evidenciou-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobretudo tendo-se em vista a proposta para o Ensino Médio. Com efeito, a homologação da BNCC no governo Temer e a ampla aposta na perspectiva tecnicista e neoliberal na atual gestão Bolsonaro, revela esse viés tecnicista nos currículos e aprofunda com a implementação e investimento em conjunto com o setor privado.

Voltaremos à temática da Base Nacional Comum Curricular e seus impactos para o Ensino Médio. Antes, contudo, parece-nos importante sinalizar que essa lógica de implementação de políticas educacionais neoliberais que começou a se revelar com notável força quando da implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais seguiu até 2003, quando uma mudança dentro do jogo político sinalizava uma guinada com a eleição de Lula que, por um lado, estancou reformas expressivas no âmbito do Ensino Fundamental e Médio. Por outro lado, impulsionou uma privatização violenta com um crescimento vertiginoso das universidades privadas, que se aproveitou do Prouni (Programa Universidade para Todos) e do FIES (Financiamento Estudantil) para aumentar seus lucros usando dinheiro público, mantendo de certa forma as diretrizes do BIRD/FMI para as políticas educacionais, econômicas e sociais.

Não entraremos com mais afinco na descrição desse período de 2003 a 2015 (marcado pelo governo do Partido dos Trabalhadores) por entender que nesse ínterim ainda que as políticas neoliberais não tenham ficado totalmente adormecidas elas se

fizeram menos notáveis que no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, conforme supracitado. Com efeito, elas ressurgem com grande força a partir de 2016, quando a sucessão do governo do Partido dos Trabalhadores, por meio de um golpe orquestrado pela oposição, sinalizou a tomada a galope das reformas, tendo um viés antidemocrático contando com a contribuição de uma parte significativa das bancadas denominadas evangélica, agropecuária e empresarial, firmando a aliança e aprofundando reformas que, na década de 1990, já tinham mostrado seu viés neoliberal. Políticas essas ratificadas a partir do mandato de Temer e Bolsonaro por meio das Medidas Provisórias.

A RATIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS MERCANTIL PARA A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Observando a LDB de 1996 e a sua atualização em junho de 2018 a atribuição da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) foi inserida no artigo 35-A e 36, respectivamente para a seção IV-A - da educação profissional técnica de nível, médio.

A revogação de alguns incisos foram pontos cruciais para a inserção da BNCC por meio da medida provisória nº746/2016, mais especificamente com a mudança e a revogação dos incisos I, II, III, IV do parágrafo 1º e os seus incisos do artigo 36, são os principais campos de mudança para a efetivação dos grupos de poder, padronizando todo o campo de ensino e aprendizagem, tendo como parâmetro a configuração do ENEM, no qual:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional. § 1o A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. I – (Revogado); II – (Revogado); III – (Revogado). § 2o (Revogado) § 3o A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do caput. § 4o (Revogado) § 5o Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput. (LDB 9394/96).

Nesse processo, vemos os organismos internacionais atuando de forma endógena

na política educacional brasileira, uma vez que consolidados os mercados nacionais por meio da privatização, restou o campo da governança na disputa de poder entre os grupos políticos da ala conservadora e da ala neoliberal (FREITAS, 2018), atualmente conformados no poder.

Diretrizes claras para a reformulação do ensino médio encontra-se no documento Educação em Debate: Por um salto de qualidade na Educação Básica, publicado pelos todos pela educação, em 2013. as discussões que resultam nesse documento se iniciam em 2011, a partir dos encaminhamentos do Congresso Internacional Educação: Uma Agenda Urgente, no qual foi definida a criação de grupos de assessoramento (GA) com o objetivo de formular propostas de políticas públicas para a melhoria da qualidade -na concepção dos empresários- do ensino brasileiro (BEZERRA, ARAÚJO, 2017. p. 607).

A legitimidade é dada por dispositivos de avaliação nacionais e internacionais como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), e o PISA (Programme for International Student), utilizando como parâmetros os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que curiosamente foi um órgão criado após a Segunda Guerra, reunindo, a princípio, somente os países europeus, mas em 1961 os EUA e Canadá são incluídos. A conformação de instituições e grupos internacionais e a permeação das políticas sociais e econômicas desses grupos de pressão na governabilidade do Estado brasileiro, impulsionou grupos e empresários nacionais favoráveis a toda essa proposta que veio no bojo do neoliberalismo. Por isso torna-se necessário a identificação desses agentes ativos nas diretrizes políticas e educacionais da educação brasileira.

Esses grupos atuam como uma espécie de rede, utilizando-se do meio político-partidário para atuar no âmbito do público e do privado, cristalizando esses dois setores como se fossem uma espécie de amálgama para criar e definir leis, favorecendo, assim, seu ciclo de convivência e de negócios, deixando claro a mercantilização das políticas educativas.

É inevitável falar da Reforma do Ensino Médio sem antes introduzir a BNCC e as suas diretrizes curriculares, como vimos, já conformada na mudança da LDB. Nesse

cenário, o Instituto Unibanco realizou, em 2017, o seminário internacional desafios curriculares do Ensino Médio: flexibilização e implementação, sendo apresentada como política consolidada (PERONI et al, 2017). Para mais, essas estratégias de construção de seminários, congressos, palestras direcionado para o público (PERONI et al, 2018), fomenta a atuação desses grupos, contando também com “movimentos sociais” como, por exemplo, Escola Sem Partido (ESP), Todos Pela Educação, e o Movimento Pela Base, na qual, a Fundação Lemann é a principal articuladora desses “movimentos”. Além dos sujeitos coletivos, existem agentes individuais que “ocupam posições estratégicas no Ministério da Educação, como Maria Helena Guimarães de Castro, que na época era secretária executiva do MEC, foi principal autora da implantação do Exame Nacional de cursos, conhecido como provão, do Enem e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação básica” (PERONI et al, 2018). Outro órgão que tem por intermédio a UNESCO é o Consed (Conselho Nacional de Secretários da educação) que “é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega, por intermédio de seus titulares, as Secretarias

de Educação dos Estados e do Distrito Federal” . Sendo assim, o Consed funciona⁴ como um braço de decisões políticas dentro do Conselho Nacional de Educação (CNE), que é uma subdivisão do MEC para elaboração de leis no âmbito educacional.

De fato, as mudanças são necessárias para a educação pública, mas será que órgãos internacionais criados para conformar uma hegemonia como vimos no início deste artigo irá buscar diretrizes que sejam capazes de sanar problemas estruturais?

A medida provisória número 746/2016 conforma projetos bilaterais entre Estado e empresários, tendo como algumas de suas bandeiras

a implementação de políticas meritocráticas ou de responsabilização na educação, isto é, pagamento de bonificação para escolas e professores de acordo com o cumprimento de metas de desempenho dos alunos, cujo o conteúdo está alinhado aos projetos dos grupos privados [...] Wesley Pereira e Rossiele Castro estão ligados ao IU e ao movimento pela base, assim como Eduardo Deschamps, ex-presidente do Consed e hoje presidente do CNE que teve atuação decisiva na direção da políticas [...] No lançamento da MP N°.746/2016, o presidente do Consed na época, Eduardo Deschamps, defendeu a proposta junto ao MEC em entrevista coletiva. Logo depois, Deschamps foi indicado para o CNE, assumindo

⁴(Disponível em :<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/networks/specialized-communities/specialized-communities-ed/consed/>. Acesso em 1 de nov. de 2019).

a presidência. O CNE será responsável por discutir e aprovar a BNCC. Há fortes relações entre esses sujeitos, individuais e coletivos, entre estado e mercado (PERONI et al, 2018).

O que está no cerne do discurso dos “reformadores” é “uma crise na qualidade do ensino”, sendo os “baixos índices aferidos pelas instituições externas” (BEZERRA, ARAÚJO, 2017, p. 611), tendo como objetivo ganhar espaço participativo no plano de desenvolvimento da educação (PDE) e no plano nacional de educação (PNE 2014-2024), ocupando assim locais privilegiados (BEZERRA, ARAÚJO, 2017), para promover as políticas educacionais já implementadas recentemente.

Essa “crise” comprovada pelo IDEB e pelo PISA relacionou os currículos brasileiros com os países membros da OCDE, projetando três pontos principais. São eles a flexibilização e a diversificação curricular, formação técnica e integrada ao Ensino Médio e a expansão do Ensino em Tempo Integral, abarcando também uma abertura para o setor privado, principalmente nos cursos técnicos integrados, sem falar do modo de contratação de professores por meio de processo seletivo simplificado e o emprego do notório saber, podendo ser certificada por meio de instituições privadas e também por Ensino a Distância (EAD) conforme o parágrafo onze do artigo 36:

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: I – demonstração prática; II – experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar; III – atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas; IV – cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais; V – estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras; VI – cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias (LDB, 2016).

Contudo, o caráter dessas leis também são privatistas, sendo este o cerne das diretrizes educacionais, fazendo parte de um projeto hegemônico, minando outras formas de processo educacional e pedagógico, implantando fluxos fixos dentro do território para a consolidação das leis por meios antidemocráticos como foi a medida provisória e a

implementação dela dentro da LDB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de consolidação dessas diretrizes educacionais têm no seu âmago um projeto de hegemonia, tendo em vista as convergências das políticas estadunidense ao longo do século XX, expandindo o seu capital industrial e financeiro, usando estratégias macroeconômicas, ganhando espaço dentro das políticas brasileiras, legitimando políticas para o reorganização do capital e a busca por mais meios de acumulação e, conseqüentemente, o rearranja político, econômico e social, uma verdadeira transformação do território e do seu uso, por meio das instituições e das suas estratégias educacionais analisadas nesse artigo.

O resultado desse cenário está nítido na paisagem brasileira, mostrando um modelo majoritariamente agroexportador, junto com uma industrialização e crescimento econômico minado, conservando, dessa maneira, a submissão da economia brasileira. Dessa forma, revela, assim, que não é só questão de currículo, mas também, há uma necessidade estratégica de políticas austeras, conformando alianças com a elite local brasileira para consolidar reformas de cunho social, político, econômico e principalmente educacional, redefinindo toda a dinâmica territorial brasileira.

Essas mudanças territoriais, por meio de projetos empresariais, além de culminar em uma mudança territorial, também está refletida no cotidiano da sociedade, estabelecendo e criando um ideário de estado-nação para garantir uma opinião popular mútua, no qual a educação se torna a guisa para a manutenção e aceitação dessas políticas, mistificando modos alternativos na prática docente, imprimindo valores próprios por meio de movimentos reacionários, permeando o poder legislativo para impor tais políticas.

Entretanto, para barrar essas práticas, é necessário o entendimento dessas relações e o que isso está sendo realmente refletido no território e no cotidiano da sociedade brasileira, desconstruindo discursos neoliberais e preceitos conservadores, tentando enxergar na paisagem o que realmente está materializado, mostrando o verdadeiro viés dessas políticas, impulsionando a catarse e fomentando revoltas populares contra esses grupos, mostrando o verdadeiro lado que a democracia deve trilhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, Associados, 1991.

BARROS, Ésio Augusto de . **Elementos básicos de geoeconomia global**. João Pessoa. Editora universitária. 2005.

BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 125-138, 2003.

BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. **Rev. bras. polít. int.**, Dez 2002, vol.45, no.2, p.46-65.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

DE OLIVEIRA BEZERRA, Vinícius; DE ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli Maluf. A reforma do ensino médio: privatização da política educacional. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 603-618, 2018.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018a.

_____. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n.4 [78], p.906-926, out./dez. 2018b.

HERMIDA, Jorge Fernando. A reforma educacional na era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções. **Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**[periódico na

internet], 2012.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LOCASTRE, Aline Vanessa; FERRAZ, Francisco César Alves. Brasil, Estados Unidos e a Política da Boa Vizinhança, através da Revista "Em Guarda"(1940-1945). **Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas.**

SEPECH/organizado por Raquel Kritsch e Mirian Donat. -- Londrina: Eduel, p. 89-105, 2010.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; DE LIMA, Paula Valim. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 415-432, 2018.